

A primeira avaliação do novo arcabouço fiscal

Embora seja possível alcançar as metas fiscais estabelecidas, o cenário está longe de ser confortável para o governo

[Vilma Pinto](#)

10.abr.2024 (quarta-feira) - 5h57

O [relatório](https://static.poder360.com.br/2024/04/relatorio-avaliacao-despesas-mar2024.pdf) (<https://static.poder360.com.br/2024/04/relatorio-avaliacao-despesas-mar2024.pdf>) de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 1º bimestre de 2024 divulgado pelo governo brasileiro oferece um panorama atualizado das projeções macroeconômicas para o ano em curso, juntamente com estimativas de receitas e despesas. Contudo, os números apresentados trazem consigo desafios significativos e a necessidade de medidas cautelares para assegurar a estabilidade fiscal do país.

Uma das principais conclusões do relatório é a frustração no resultado primário, estimado em R\$ 18,4 bilhões, e a adoção de um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões nas despesas discricionárias. Embora a meta de resultado primário não tenha sido tão restritiva a ponto de exigir contingenciamento, a diferença entre o limite de despesas primárias e os gastos projetados para 2024 justificou a necessidade de [bloqueio no orçamento](https://www.poder360.com.br/economia/governo-bloqueia-r-29-bi-e-projeta-rombo-de-r-93-bi-em-2024/). (<https://www.poder360.com.br/economia/governo-bloqueia-r-29-bi-e-projeta-rombo-de-r-93-bi-em-2024/>)

É importante notar que embora o centro da meta de primário seja zero, a necessidade de contingenciamento só se verifica caso o governo ultrapasse o limite inferior da meta, que neste ano é de R\$ 28,8 bilhões. Por essa razão, não houve a necessidade de realização de contingenciamento.

Por outro lado, o limite máximo para gastos primários é de R\$ 2,08 trilhões e as despesas primárias foram estimadas pelo governo em R\$ 2,09 trilhões. Como as necessidades de gastos ficaram acima do limite máximo previsto no novo arcabouço fiscal, houve a necessidade de realização do bloqueio orçamentário.

Destaca-se a sensibilidade do orçamento deste ano, com diversos pontos de atenção, como os gastos com benefícios previdenciários. Enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) previa despesas de R\$ 908,6 bilhões, o relatório bimestral ampliou essa projeção para R\$ 914,2 bilhões. Vale mencionar que a [IFI](#) (Instituição Fiscal Independente)

estima que os gastos com benefícios previdenciários fiquem em R\$ 932,8 bilhões. Essa diferença se justifica, dentre outros fatores, pela premissa de impacto da revisão cadastral dos benefícios e pela quantidade de benefícios emitidos (crescimento vegetativo). O mesmo pode ser observado nos benefícios assistenciais.

Outro aspecto relevante é a revisão das receitas, que foram pioradas em R\$ 31,4 bilhões, com parte dessa perda impactando a receita dos Estados e municípios. O governo também observou uma frustração de R\$ 23,3 bilhões nas receitas adicionais necessárias para alcançar a meta fiscal, compensadas pela limitação de compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais (em R\$ 24 bilhões). No entanto, permanecem incertezas em relação à materialização das receitas projetadas, o que poderia dissipar os riscos do lado das receitas caso se confirmem.

Embora seja possível alcançar as metas fiscais estabelecidas, o cenário está longe de ser confortável. Portanto, medidas cautelares e uma gestão fiscal responsável são essenciais para garantir a estabilidade econômica e o equilíbrio das contas públicas ao longo de 2024.



Vilma Pinto, 33 anos, é formada em ciências econômicas pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com mestrado em economia empresarial e finanças pela FGV/EPGE. Atua na área de política fiscal desde o início de sua carreira, passando pelo FGV/Ibre e pelo Sefa-PR. Atualmente, é diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. Escreve para o Poder360 mensalmente às quintas-feiras.